

Federação do Comércio de Bens, Serviços e
Turismo de Santa Catarina

PEIC

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do
Consumidor

Núcleo de Estudos Estratégicos Fecomércio SC
Agosto de 2021

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	1
ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO	2
ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO.....	7
ANÁLISE NAS CIDADES.....	8
METODOLOGIA	13

SUMÁRIO EXECUTIVO

A trajetória de redução no número das famílias endividadas acelerou em agosto, ao renovar a mínima histórica da série iniciada em janeiro de 2013, segundo a pesquisa de endividamento e inadimplência dos consumidores catarinenses (PEIC). A taxa de endividamento (36,5%) recuou 4,35 pontos percentuais (p.p) na passagem do mês e a inadimplência (5,8%) caiu pelo terceiro mês consecutivo.

O mercado de trabalho formal aquecido e a diminuição do nível de desocupação no Estado reforçou a renda das famílias catarinenses, assim, favorecendo a redução do endividamento. Ainda, o perfil do endividamento em Santa Catarina pode ser reflexo do movimento precaucionário de liquidação de dívidas, tendência que está ocorrendo durante a crise da pandemia e que concentrou-se principalmente na redução expressiva na proporção de famílias consideradas “muito endividada” e “pouco endividada”.

Dois cenários distintos são observados. A aceleração dos níveis de preços pode estar apertando o orçamento e motivando as famílias catarinenses a reforçar a renda por meio do crédito extra. Portanto, apesar da redução no mês das dívidas com cartão de crédito e empréstimos consignados, as modalidades permanecem em níveis elevados comparada aos anos anteriores. Reforça essa tendência a diminuição da renda real de todos os trabalhadores catarinenses no 2º trimestre de 2021 de 1,4% na comparação com o trimestre anterior.

De outro lado, muito embora permaneça estável na passagem do mês, o tempo de comprometimento com a dívida está cerca de um mês acima dos patamares pré-crise e alcança, sobretudo, o período acima de 1 ano para a maior parte dos entrevistados. Assim, o maior endividamento de longo prazo pode estar relacionado a ampliação do consumo de bens duráveis mediante o financiamento de carro e casa. Ambas as modalidades mantêm-se em níveis elevados e reflete a maior liquidez e os juros relativamente mais baixos.

Famílias endividadas renova o menor patamar da série histórica em SC

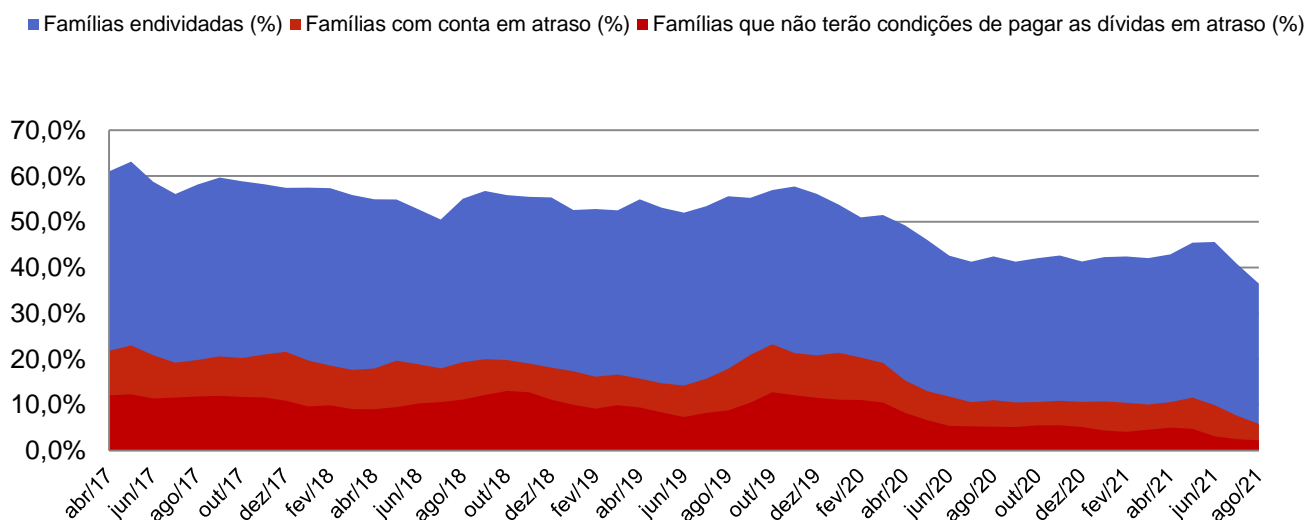
Síntese dos resultados						
Situação da família	Meses					
	ago/20	jan/21	mar/21	jun/21	jul/21	ago/21
Total de endividadas	42,4%	42,3%	42,1%	45,6%	40,8%	36,5%
Dívidas ou contas em atraso	11,0%	10,7%	10,1%	9,9%	7,6%	5,8%
Não terão condições de pagar	5,2%	4,4%	4,6%	3,1%	2,5%	2,2%

ANÁLISE DO ENDIVIDAMENTO

A taxa de endividamento das famílias catarinenses renovou o menor patamar da série histórica iniciada em janeiro de 2013 ao situar-se em 36,5% em agosto. Na passagem do mês houve queda de 4,35 pontos percentuais, segunda redução consecutiva. Inclusive, dentre as unidades da federação, Santa Catarina é o Estado que possui a menor taxa do país neste mês.

No comparativo com o mesmo período do ano anterior, o resultado é similar, com diminuição de 5,9 p.p. Nota-se que desde o início da crise sanitária no Estado ocorre movimento de redução na quantidade de famílias endividadas na comparação com os anos anteriores. Em 2020, a média alcançou 45,43%, resultado abaixo da média de 2018 (55,2%) e 2019 (54,4%). Ainda, esse movimento de mínima histórica também é acompanhado na quantidade de famílias inadimplentes (5,81%) e das que não têm condições de pagar suas dívidas em atraso (2,25%).

Síntese dos resultados desde abril de 2017



Após interromper tendência de alta desde dezembro de 2020 (41,77%), as famílias com renda de até 10 salários mínimos (SM) encerraram agosto em 38,44%,

diminuição de 3,42 p.p frente ao mês anterior. Já para as famílias com renda acima de 10 SM, a proporção do endividamento chegou a 29,09% no mês, diminuição de 6,12 p.p na passagem mensal, queda pelo quarto mês consecutivo. Ambos os grupos de renda, devido ao resultado do mês, atingiram também o menor nível da série pela primeira vez neste ano.

O endividamento não pode ser avaliado como algo necessariamente negativo, pois se deve entender que qualquer tipo de compromisso financeiro acordado para o futuro é considerado uma dívida. Portanto, o endividamento das famílias também expressa o aquecimento do consumo e as condições financeiras da economia em relação ao crédito, através de intrincadas relações com variáveis de renda, emprego, poupança e crescimento econômico presente e esperado, ao que se deve comparar o perfil do endividamento para entender sua relação com a demanda e as capacidades de pagamento.

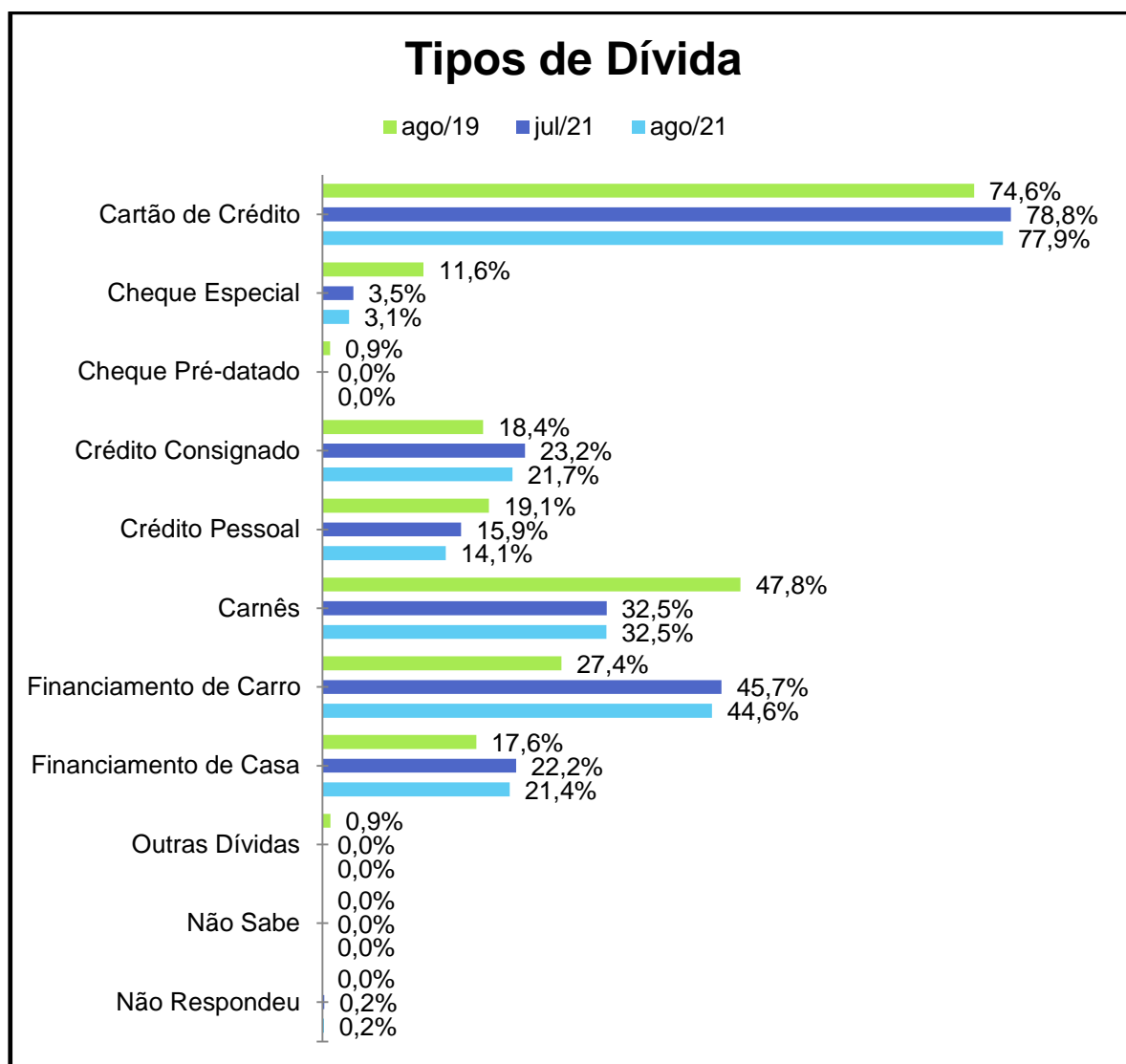
Percepção do nível de endividamento						
Categoria	ago/20	jan/21	mar/21	jun/21	jul/21	ago/21
Muito endividado	5,6%	6,5%	6,2%	6,0%	5,2%	4,1%
Mais ou menos endividado	20,2%	21,6%	22,0%	24,7%	22,1%	18,9%
Pouco endividado	16,6%	14,3%	13,9%	14,9%	13,6%	13,5%
Não tem dívidas desse tipo	57,4%	57,7%	57,9%	54,4%	59,2%	63,5%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

A percepção do nível de endividamento é essencial na análise da pesquisa, pois propicia informações sobre como as famílias observam suas dívidas e pode indicar a capacidade de pagá-las. O reflexo da diminuição da quantidade de famílias endividadas também é verificado em todas as percepções do nível de endividamento, sobretudo, para o grupo pouco endividado, que renovou o menor nível desde o início da série histórica em comparação com igual período dos anos anteriores, ao situar-se em 13,5% em agosto. Esse valor é o segundo menor da série, abaixo apenas dos 13,19% apresentados em abril deste ano.

Do lado das famílias que se encontram na categoria muito endividada, houve redução de 1,1 p.p, resultando no menor valor de 2021 e o segundo menor desde o início da crise, ao situar-se em 4,12% (menor da série histórica foi em abril de 2013 de 3,69%). Já o grupo de famílias mais ou menos endividadas segue tendência de diminuição e alcançam 18,88% dos entrevistados, queda de 3,2 p.p diante do mês anterior- o nível está acima dos resultados de mínimas histórias (15,33% - jan.13 e 15,35% - abril.13).

Em agosto, em relação aos tipos de dívidas dos catarinenses, nota-se diminuição em todas as categorias na passagem do mês. Apesar da redução, o cartão de crédito continua sendo o principal agente do endividamento dos consumidores e alcança 77,9% dos entrevistados, inclusive, o resultado do mês é um dos maiores (4º) da série histórica. Em 2021, o patamar do endividamento pelo cartão de crédito está alcançando os maiores níveis desde 2013, média de 74,0% entre janeiro e agosto, superior aos períodos

anteriores (48,8% em 2013; 66,9% em 2019 e 71,8% em 2020). Esse é um sinal de alerta ao orçamento das famílias catarinenses, sobretudo, pela magnitude da taxa média do cartão de crédito rotativo e parcelado, que alcançou em julho patamar de 331,49% a.a. e 163,6% a.a., respectivamente.



Obs.: Respostas múltiplas. Soma pode ser maior que 100%.

Ao comparar o grupo de renda, o cartão de crédito também é o principal tipo de dívida. Para ambas as faixas de rendas houve diminuição frente ao mês anterior, com destaque para a queda de 2,2 p.p no grupo de faixa maior (80,09%) e de 0,4 p.p na faixa menor (75,8%).

O crédito consignado interrompeu tendência de alta que permanecia por quatro meses sucessivos, com queda de 1,4 n.p. diante do mês anterior. Entretanto, a modalidade permanece com patamar elevado, o 5º maior da série histórica, ao representar 21,7% dos entrevistados. Nesse sentido, as famílias catarinenses estão reforçando a renda por meio do crédito extra, assim, ampliando o nível de endividamento. O fato que pode estar afetando a renda das famílias é a aceleração dos níveis de preços, especialmente, nos

itens das principais despesas das famílias, como a alimentação no domicílio e a energia elétrica residencial que acumula alta em 12 meses de 16,04% e 20,09%, respectivamente.

Com maior liquidez e juros relativamente baixos, o financiamento de carros e de casas permanece em níveis maiores que a média dos anos anteriores, muito embora tenham reduzido na passagem do mês. O financiamento de casa atingiu 21,04% dos entrevistados no mês. O resultado mantém-se em níveis elevados ao comparar com os anos anteriores (média em 2018 foi de 20,68%, 2019 de 18,99% e 2020 de 18,06%). Do lado do financiamento de carros, o resultado foi de 44,6% em agosto, maior que a média relativa aos anos de 2020 (33,02%), 2019 (26,05%), 2018 (27,88%), 2016 (30,62%). Apesar da ampliação da taxa Selic no ano, passando de 2% para 5,25%, resultando no aumento do custo de captação das instituições financeiras que tendem a repassar aos consumidores, as taxas de juros de cobradas pelos bancos levam um período mais longo para se adaptarem ao novo cenário, por isso, os consumidores podem estar adiantando o consumo para esses itens para evitar taxas de juros maiores. A taxa média de juros das operações de crédito para pessoas físicas no Financiamento imobiliário alcança em média entre janeiro e julho de 2021, 7,6% ao ano, valor inferior aos resultados médios de 2020 (7,8%) e 2019 (9,0%). Enquanto, a taxa média de juros das operações de crédito de pessoas físicas na aquisição de veículos apresentou elevação no ano comparada à média de 2020, passando de 19,3% para 21,0%. O Cheque pré-datado, Cheque especial e Outras Dívidas continuam sendo as fontes menos usadas.

O tempo de comprometimento permanece acima dos patamares do pré-crise (Jan/20 foi de 9,1 e Fev./20 foi de 9,0), ao situar-se 9,8 meses em média em agosto, resultado similar ao mês anterior (10,0). Portanto, a crise elevou o tempo médio de comprometimento em cerca de 1 mês, o que está relacionado à liquidação do endividamento de mais curto prazo e a ampliação do endividamento em médio e longo prazo. Após atingir a máxima histórica em maio (69,4%), o comprometimento acima de 1 ano representou em agosto 66,6%, diante dos 67,8% do julho e permanece sendo o perfil da maioria dos entrevistados, inclusive esse patamar é superior aos anos anteriores (2018 – 51,23%; 2019 – 52,06%; 2020 – 61,53%). Nota-se que essa ampliação pode estar relacionada às modalidades de financiamento de carro e imóveis que se configuram em patamares elevados.

Ainda, observa-se movimento de elevação do agrupamento de até 3 meses para o tempo de comprometimento com dívida pelo terceiro mês consecutivo. Embora ocorra redução no percentual de famílias ao analisar a média dos anos anteriores (2018 -13,03%; 2019 – 13,53%), o resultado de agosto reforça o movimento de alta ao atingir 12,54% dos entrevistados, alta de 0,8 p.p na passagem do mês. Esse é um sinal da elevação do endividamento de curto prazo e pode estar vinculado ao cartão de crédito, que também tem patamares elevados.

Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	jul/21			ago/21		
	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %	total - %	até 10sm - %	mais de 10sm - %
até 3 meses	11,7%	9,6%	20,2%	12,5%	10,9%	20,7%
entre 3 e 6 meses	5,0%	5,3%	3,8%	5,5%	5,9%	3,8%
entre 6 meses e 1 ano	11,9%	14,0%	6,8%	12,1%	14,2%	7,7%
por mais de um ano	67,8%	66,4%	68,6%	66,6%	64,7%	67,7%
Não sabe / Não respondeu	3,6%	4,5%	0,6%	3,2%	4,3%	0,0%
Tempo médio em meses	10,0	10,1	9,4	9,8	9,9	9,3

A parcela da renda das famílias comprometida com dívidas ampliou-se em relação ao mês anterior e alcançou o patamar máximo, desde o início da série histórica (janeiro de 2013), ao situar-se em 33,33%. Observa-se que apesar da redução na taxa de endividamento, ocorre movimento inverso na parcela de renda comprometida, reflexo principalmente da deterioração real da renda das famílias catarinenses. Segundo dados do IBGE, no 2º semestre do ano, houve redução do rendimento real médio do catarinense de 1,4% na comparação com o trimestre anterior e 1,9% em relação ao 2º semestre de 2020. Em termos absolutos o valor chegou a R\$ 2.841,00 no trimestre de abril a junho de 2021.

Parcela da renda comprometida com dívida



O comprometimento de renda acima de 50% apresenta tendência de crescimento desde dezembro de 2020. Na passagem do mês, a alta foi 2,34 p.p, passando de 17,2% para 19,54% dos entrevistados. Esse resultado é o maior da série histórica na comparação com igual período anterior e indica maior comprometimento da renda das famílias desde o início da pandemia. Ainda, 69,43% dos entrevistados indicaram que o comprometimento

da renda está na faixa de 11% até 50% da renda, nível equivalente para as faixas de rendas abaixo de 10 salários mínimos e acima de 10 salários mínimos.

ANÁLISE DAS CONTAS EM ATRASO

A taxa de inadimplência, que representa a porcentagem de famílias com contas em atraso, retrocedeu pelo terceiro mês consecutivo e renovou em agosto o menor nível da série histórica, ao situar-se em 5,81%, diminuição de 1,84 p.p na passagem do mês. Desde o início da pandemia, esse indicador apresenta tendência de redução na comparação com os anos anteriores. No ano, a média da inadimplência é de 9,6%, resultado inferior a média dos anos anteriores (13,77% em 2020, 17,88% em 2019, 18,87% em 2018, 20,32% em 2017). A melhora dessas percepções pode ser atribuída à medida de manutenção de emprego e renda, o auxílio emergencial e as ações do sistema financeiro. O relatório de estabilidade financeira, divulgado pelo Banco Central do Brasil, indica que as instituições financeiras estão controlando a inadimplência com base em “massivas campanhas de prorrogação e renegociação de dívidas e pela maior seletividade nas novas operações”.

Condições de pagamento da dívida em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jul/21			ago/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
sim, totalmente	42,2%	32,4%	84,0%	23,9%	24,0%	100,0%
sim, em parte	23,1%	27,3%	10,1%	37,4%	37,5%	0,0%
não terá condições de pagar	32,6%	38,1%	5,9%	38,7%	38,5%	0,0%
não sabe	2,1%	2,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não terão condição de pagar (Dentre o total de famílias)	2,5%	3,4%	0,2%	2,2%	2,8%	0,0%

As famílias com renda de até 10 salários mínimos sofrem impacto maior quanto à inadimplência, chegando ao total de 7,02% dos entrevistados desse grupo de renda, mas apresentou a maior queda dentre os grupos, ao diminuir 2,03 p.p. na passagem do mês. Do outro lado, a taxa de inadimplência das famílias com renda acima de 10 salários mínimos é de 2,69%, queda de 1,1 p.p em relação ao mês anterior.

Em sentido equivalente, a quantidade de famílias que informaram não ter condições de pagar suas dívidas ficou estável na passagem do mês, passando de 2,5% para 2,25%. Mas o resultado permanece sendo o menor da série pelo terceiro mês consecutivo.

Outra alteração considerável no perfil das contas em atraso dos catarinenses se refere ao tempo do pagamento em atraso, que apresentou durante a crise uma melhoria

significativa nos prazos relacionados ao pagamento das contas em atraso, a média se reduziu de 69,4 dias em março de 2020 para 56,1 dias em julho de 2021. A elevação de 5,6 dias na passagem do mês é reflexo da mudança do perfil do atraso, que até mês anterior concentrava a maior parte dos consumidores no grupo de até 30 dias, já em agosto o grupo acima dos 90 dias foi preponderante entre os consumidores com dívidas em atraso.

Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	jul/21			ago/21		
	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %	total - %	até 10 sm - %	mais de 10 sm - %
até 30 dias	41,4%	36,8%	58,0%	34,2%	28,2%	55,7%
de 30 a 90 dias	27,4%	28,0%	26,0%	27,6%	27,1%	24,1%
acima de 90 dias	30,5%	34,3%	16,0%	38,2%	44,8%	0,0%
Não sabe / Não respondeu	0,7%	0,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Tempo médio em dias	50,5	53,7	38,7	56,1	60,8	22,8

Existe uma diferença considerável na dinâmica entre as faixas de renda, de maneira que tempo médio de atraso ocorreu de forma menos intensa nas faixas acima de 10 SM (22,8 dias), enquanto, para as faixas de até 10 SM o tempo médio situa-se em 60,8 dias.

ANÁLISE NAS CIDADES

O número de famílias endividadas, apesar de apresentarem patamares diferentes nas cidades pesquisadas, se expressou de maneira homogênea na passagem do mês. O viés de redução no endividamento observada ao nível estadual se observou em todas as cidades, com destaque para a redução em Blumenau (-10,3 p.p) e Joinville (-4,0 p.p).

Situação das Famílias	Agosto			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Total de endividadas	23,0%	28,1%	37,9%	50,1%
Dívidas ou contas em atraso	1,0%	2,3%	6,9%	13,3%
Não terão condições de pagar	0,0%	1,4%	3,8%	5,7%

Do lado das famílias inadimplentes a trajetória é idêntica ao movimento da taxa de endividamento, com diminuição verificada nos quatro municípios pesquisados. As maiores quedas foram em Joinville e Blumenau de 2,2 p.p e 1,8 p.p, respectivamente. Apesar da redução de 1 p.p na passagem do mês, Florianópolis permanece sendo a cidade com maior índice de inadimplência (13,3%) dentre os municípios pesquisados, resultado similar ao do mês anterior.

Já para as famílias que não teriam condições de pagar suas dívidas o movimento foi divergente dos resultados apresentados anteriormente. Houve ampliação em duas cidades pesquisadas, sobretudo para a cidade de Florianópolis, que cresceu 0,6 p.p. Por outro lado, Chapecó não apresentou variação na quantidade das famílias que não terão condições de pagar suas dívidas, permanecendo estável em 1,4%.

Em relação à percepção de endividamento, observa-se em agosto movimentos equivalentes na passagem do mês para os grupos muito endividados e mais ou menos endividados. Houve redução em todas as quatro cidades no nível “Mais ou menos endividado”, sobretudo, em Blumenau (-7,5 p.p) e Joinville (-1,8 p.p). Nota-se que no grupo muito endividado, as cidades de Blumenau e Joinville também foram as que tiveram maior queda. Já ao analisar a composição dos grupos do nível de endividamento, observa-se concentração das famílias na faixa “mais ou menos endividadas” nas cidades pesquisadas entre 15% e 28%, exceto em Florianópolis que o grupo diminuiu para 9,2%. Ainda, a cidade de Florianópolis destoa das demais cidades da pesquisa, ao concentrar uma grande parte das famílias (33,7%) na percepção “pouco endividadas”.

Nível de endividamento	Agosto			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Muito endividadas	1,0%	2,3%	4,4%	7,3%
Mais ou menos endividado	15,3%	21,8%	28,7%	9,2%
Pouco endividado	6,6%	4,0%	4,8%	33,7%
Não tem dívidas desse tipo	77,0%	71,9%	62,1%	49,9%
Não sabe	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Não respondeu		0,0%		0,0%

Em relação à alteração dos tipos de dívida, as cidades analisadas também apresentaram significativas diferenças em suas dinâmicas de endividamento. Mas, em nível geral, o cartão de crédito permanece sendo o tipo de dívida mais citado pelos entrevistados em todas as cidades, resultado equivalente ao nível Estadual. Ainda, e em trajetórias igual ao nível estadual, em agosto duas cidades diminuíram as dívidas no cartão de crédito na passagem do mês, sendo elas: Blumenau (-4,1 p.p) e Joinville (-1,3p.p). Por outro lado, as cidades de Chapecó (+4,1 p.p) e Florianópolis têm movimento de crescimento diante do mês anterior para a modalidade de cartão de crédito. .

Quanto ao financiamento de carro e de casa, muito embora permaneça sendo uma das principais dívidas citadas pelos consumidores nas cidades pesquisadas caiu em três cidades em relação a julho, com destaque para a queda de 6,6 p.p em Blumenau e 2,4 p.p em Joinville no financiamento de carro. Do lado oposto, a cidade de Chapecó obteve avanço diante do mês anterior para ambas as modalidades, alta de 4,3 p.p e 0,1 p.p. Nota-se também que Florianópolis diverge das demais cidades na pesquisa no âmbito do crédito consignado e crédito pessoal por apresentar nível bem menor de famílias com esse tipo de dívida.

Tipo de dívida	Agosto			
	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Cartão de crédito	81,05%	85,47%	72,86%	77,72%
Cheque especial	0,00%	3,23%	2,88%	5,80%
Cheque pré-datado	0,00%	0,00%	0,00%	0,17%
Crédito consignado	11,27%	33,90%	35,89%	8,81%
Crédito pessoal	18,82%	12,92%	20,17%	3,51%
Carnês	35,86%	22,60%	35,94%	29,97%
Financiamento de carro	56,46%	58,02%	55,23%	16,11%
Financiamento de casa	30,09%	14,53%	24,32%	13,68%
Outras dívidas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,55%	0,00%

Obs.: Respostas múltiplas – soma podem ser maior que 100%

No que diz respeito ao tempo de comprometimento com as dívidas em todos os municípios, a resposta preponderante é “dívidas por mais de um ano”, concentrando cerca de 80% dos entrevistados para as cidades de Blumenau, Chapecó e Joinville. Vale destacar que Florianópolis diverge das demais cidades ao apresentar certa distribuição das dívidas na escala do período da pesquisa. Nota-se que houve movimento de crescimento no grupo de até três meses em todas as cidades pesquisadas diante do mês anterior. O tempo médio de comprometimento permaneceu estável nos últimos três meses de 2021, ao situar-se em média de 11 meses para as cidades pesquisadas, salvo Florianópolis, onde o tempo médio de comprometimento é de 7 meses.

Agosto				
Tempo de comprometimento com dívida (Dentre os endividados)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 3 meses	6,27%	3,23%	4,57%	31,26%
Entre 3 e 6 meses	0,00%	0,00%	1,10%	17,75%
Entre 6 meses e 1 ano	12,68%	8,07%	9,34%	16,72%
Por mais de um ano	81,05%	82,24%	77,85%	34,26%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	6,46%	7,14%	0,00%
Tempo médio em meses	11,0	11,4	11,1	6,9

A desagregação dos dados relacionados à inadimplência demonstra movimentos divergentes por cidade. Até o mês de junho a cidade de Florianópolis apresentava o maior tempo médio de atraso, entretanto, essa posição passou a ser de Chapecó em virtude do movimento de crescimento dos dois últimos meses, assim, os consumidores alcançaram em agosto 69 dias para o pagamento das dívidas em atraso diante dos 62,5 do mês anterior. Ainda, no mês nota-se forte avanço na cidade de Blumenau, que passou de 36,6

para 55 dias entre julho e agosto. Do outro lado, Florianópolis apresentou redução no mês de 3,2 dias.

Agosto				
Tempo de pagamento em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Até 30 dias	33,33%	20,00%	40,93%	33,21%
De 30 a 90 dias	33,33%	20,00%	21,66%	32,99%
Acima de 90 dias	33,33%	60,00%	37,41%	33,81%
Não sabe / Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Tempo médio em dias	55,0	69,0	52,8	55,2

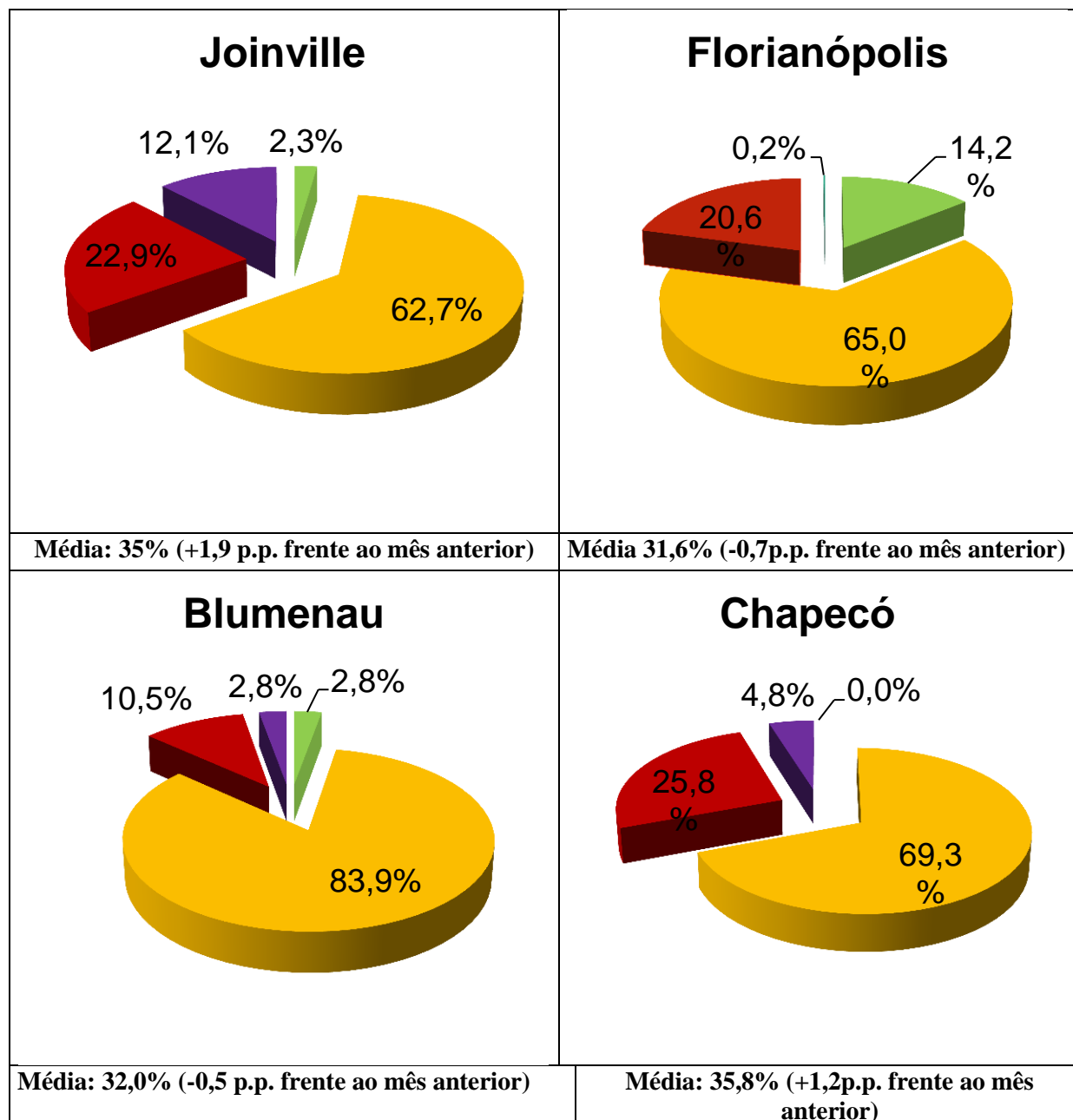
As condições de pagamento das dívidas em atraso se distribuíram de maneira diferente entre as cidades analisadas. Somente a cidade de Blumenau concentrou os consumidores no grupo de pagamento das dívidas (parte ou na totalidade). Enquanto, as demais cidades concentram o maior grupo de respostas no âmbito das famílias que não terão condições de pagar suas dívidas. Importante notar que houve forte variação negativa na passagem do mês na condição “sim, totalmente”, com destaque para a queda de 33,5 p.p em Blumenau e 19,7 p.p em Joinville.

Agosto				
Condições de pagamento das dívidas em atraso (Dentre as famílias com contas em atraso)	Blumenau	Chapecó	Joinville	Florianópolis
Sim, totalmente	33,33%	20,00%	20,69%	21,48%
Sim, em partes	66,67%	20,00%	24,14%	35,57%
Não terá condições de pagar	0,00%	60,00%	55,17%	42,95%
Não sabe	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Não respondeu	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

O comprometimento da parcela de renda em Santa Catarina, que avançou em nível estadual, apresentou divergência nas cidades analisadas, negativo em duas cidades, com destaque de maior intensidade de queda em Florianópolis (-0,7p.p.) e a alta em Joinville (+1,9 p.p.).

Parcela da renda comprometida com dívidas

■ Menos de 10% ■ de 11% a 50% ■ Superior a 50% ■ Não sabe/Não respondeu



Por fim é importante notar que em todas as cidades analisadas o comprometimento médio da renda se encontra acima dos 30%, além disso, se observa, ainda, o predomínio do comprometimento na faixa de 11% a 50% da renda nas cidades, sendo que o comprometimento superior a 50% é maior em Chapecó (25,8%, alta de 5,7 p.p. diante do mês anterior) e Joinville (22,2%, crescimento de 7,7 na passagem do mês).

METODOLOGIA

Foram entrevistados consumidores em potencial, residentes nos municípios de Blumenau, Chapecó, Florianópolis e Joinville com idade superior a 18 anos. Para compor o dado agregado de Santa Catarina os resultados obtidos em cada município foram ponderados de acordo com sua população e dessazonalizados.

Para fixar a precisão do tamanho da amostra, admitiu-se que 95% das estimativas poderiam diferir do valor populacional desconhecido “p” por no máximo 3,5%, isto é, o valor absoluto “d”(erro amostral) assumiria no máximo valor igual a 0,035 sob o nível de confiança de 95%, para uma população constituída de consumidores em potencial.

Preferiu-se adotar o valor antecipado para p igual a 0,50 com o objetivo de maximizar a variância populacional, obtendo-se maior aproximação para o valor da característica na população. Em outras palavras, fixou-se um maior tamanho da amostra para a precisão fixada.

Assim, o número mínimo de consumidores a serem entrevistados foi de 500, ou seja, com uma amostra de no mínimo 500 consumidores, esperou-se que 95% dos intervalos de confiança estimados, com semi-amplitude máxima igual a 0,035, contivessem as verdadeiras frequências.

Os principais indicadores da Peic são:

Percentual de famílias endividadas – percentual de consumidores que declaram ter dívidas na família nas modalidades: cheque pré-datado, cartões de crédito, carnês de lojas, empréstimo pessoal, prestações de carro e seguros;

Percentual de famílias com contas ou dívidas em atraso – percentual de consumidores com contas ou dívidas em atraso na família acima de 1 dia útil;

Percentual que não terá condições de pagar dívidas – percentual de famílias que não terão condições de pagar as contas ou dívidas no próximo mês e, portanto, permanecerão ou serão potenciais inadimplentes.